

ATORES, PROCESSOS E DIFERENÇAS CONCEITUAIS NOS DEBATES SOBRE “SOCIEDADE CIVIL GLOBAL”

Terra Friedrich Budini (USP)
terrafb@hotmail.com

Resumo: O artigo aponta que a discussão sobre a emergência de uma “sociedade civil global” – dominada pelas perspectivas liberais na década de 1990 - se diversificou na última década e, em certa medida, refletiu o retrocesso das expectativas em torno dos processos de globalização e mecanismos de governança. Ao longo do texto, apresentam-se as definições que estabeleceram os termos do debate no pós-Guerra Fria e apontam-se algumas problematizações que surgiram a partir de vertentes teóricas mais críticas (a legitimidade e o poder dos atores da sociedade civil e o potencial de emancipação e/ou dominação contidos nestas arenas de articulação transnacional). Propõe-se que a ideia de uma “sociedade civil global” pode ser mais bem entendida a partir da distinção de duas grandes dimensões de atuação política não-estatal além das fronteiras nacionais, com interesses e estratégias diversas (hegemônicos/*top-down* e contra-hegemônicos/*bottom-up*), que podem se complementar ou se contrapor.

Palavras-Chave: sociedade civil global, atores não-estatais, transnacionalismo, globalização

Abstract: This paper intends to show a recent diversification in the IR literature on the debates about the idea of a “global civil society”, which follows to some extent the receding expectations on the globalization processes and governance mechanisms. Throughout this paper, we present the definitions that have set the debate after the end of the Cold War, as well as some problematic questions pointed by the critical theoretical perspectives (specially about the legitimacy and power of the actors of civil society, and about the possibilities of emancipation and/or domination inside these arenas of transnational articulations). Finally, we propose that the idea of a “global civil society” can be best understood considering the distinction of two broad dimensions of non-state political action beyond national borders, with diverse interests and strategies (hegemonic/*top-down* and counterhegemonic/*bottom-up*) that could either complement or oppose each other.

Key-Words: Global civil society; Non-state actors; Transnationalism; Globalisation.

Introdução

O ressurgimento dos atores não estatais e a emergência da ideia de uma “sociedade civil global” na literatura das relações internacionais, no início dos anos 1990, estão inseridos em um contexto amplo de discursos sobre os processos de globalização e mudanças no sistema internacional. Acontecimentos diversos, como o fim da Guerra Fria, a crescente internacionalização da economia capitalista, a disseminação generalizada de políticas de ajustes estruturais visando à desregulamentação política da economia (incluindo o mercado de trabalho), a crescente integração dos mercados financeiros, a harmonização das leis e dos sistemas jurídicos nacionais nas áreas de proteção a contratos e investimentos, a revolução

nas tecnologias de comunicação e informação, entre outros, permitiram a emergência de discursos e expectativas otimistas - naturalmente por parte de setores beneficiários destes processos - em torno da interdependência e da cooperação no cenário internacional.

Um traço importante destes discursos políticos e da literatura acadêmica dominantes neste período é a construção de explicações convergentes para esta série de processos, frequentemente ancoradas empiricamente no crescimento da interdependência e teoricamente no conceito globalização. Neste sentido, o ativismo de atores não estatais e sua participação em organizações e conferências internacionais também são marcados por um tom de celebração, dentro de uma construção coerente na qual, ao lado da ideia de governança global, teriam potencial para gerar instrumentos que compensassem em parte a perda de autonomia no interior dos Estados nacionais.

Testemunha-se um crescimento expressivo das articulações transnacionais entre os chamados novos atores nas relações internacionais. De forma ampla, esta categoria se refere não apenas às organizações da sociedade civil, mas também a empresas, comunidades epistêmicas, unidades subnacionais, entre outros atores que não o Estado. Contudo, este trabalho se restringe à discussão teórica sobre a emergência de “uma sociedade civil” em âmbito global, ou seja, à discussão entre a vertente liberal e seus críticos sobre o significado do termo e suas implicações. O artigo aponta que, em grande parte da literatura liberal, a construção de agência política para uma “sociedade civil global” deriva de uma homogeneidade baseada em pressupostos normativos. A análise das perspectivas teóricas críticas permite contestar esta homogeneidade e argumentar que a emergência de uma “sociedade civil global” pode ser mais bem compreendida como uma arena de disputa entre atores não estatais, com interesses e identidades diversas.

A literatura sobre o transnacionalismo na década de 1970 foi precursora dos debates sobre atores não estatais no sistema mundial. Mas, se a bibliografia de então centrou suas análises, sobretudo, no papel de atores econômicos transnacionais (KEOHANE e NYE, 1971), a emergência do debate sobre uma “sociedade civil global”, no início dos anos 1990, trouxe à tona a discussão sobre os atores sociais além das fronteiras do Estado e seu impacto político no sistema internacional.

As autoras Margaret Keck e Kathryn Sikkink justificam esta diferenciação: Tanto a coleção de Keohane e Nye quanto os vários analistas do “novo transnacionalismo” tratam de forma indiscriminada as relações entre tipos distintos de atores transnacionais [...] nós distinguimos três categorias com base em suas motivações: (1) Aqueles com objetivos

essencialmente instrumentais, especialmente corporações transnacionais e bancos; (2) aqueles motivados primariamente por ideias causais compartilhadas, como grupos científicos ou comunidades epistêmicas; e (3) aqueles motivados primariamente por princípios e valores compartilhados (1998, p. 30)

O foco nas motivações (no caso, inspiradas por valores e princípios) é um dos elementos centrais destas análises. Fundada em uma dimensão normativa, seu referencial empírico está na intensificação de processos já em curso: A revolução nas tecnologias de comunicação, informação e transporte - que possibilitaram uma nova organização espacial da produção - também permitiria uma nova organização das relações sociais em âmbito planetário. Estas novas articulações políticas e sociais seriam um contraponto ou, ainda, seriam forças de pressão democrática ao poder dos Estados nacionais e aos mecanismos formais de governança global. Neste contexto, ganha força a ideia de “sociedade civil global”, como a variante societal do processo de globalização econômica (GERMAIN e KENNY, 2005, p.2).

Destacam-se três processos que contribuíram para fortalecer a perspectiva de uma sociedade civil em escala global: O renascimento da sociedade civil em âmbito doméstico nas décadas de 1970 e 80; a ampla participação de organizações não governamentais e movimentos sociais nas Conferências Mundiais das Nações Unidas nos anos 1990; e o florescimento do movimento antiglobalização/*altermundialista*, na virada do milênio (EVANGELISTA, 2006).

Com relação ao primeiro processo, entre as décadas de 1970 e 80, a sociedade civil renasce, por um lado, como parte de um movimento de resistência contra as restrições às liberdades em regimes autoritários, tanto no Leste europeu, como nas ditaduras militares na América Latina (KALDOR, 2000; 2003; KEANE, 2003). Por outro lado, o debate sobre a sociedade civil também reaparece em setores da esquerda democrática, descontentes com os resultados limitadores do Estado de bem estar social, como no caso da França. A crítica se dirigia à perda de influência política das classes trabalhadoras, que se tornavam clientes passivas do Estado, reduzindo o exercício de sua cidadania à participação em partidos e em eleições. (COX, 1999; COSTA, 2002). Ainda em âmbito doméstico, as organizações da sociedade civil continuavam em evidência na década de 1990, na medida em que passavam a desempenhar papéis importantes, muitas vezes assumindo funções até então típicas do Estado, em áreas como saúde, educação, cultura e políticas sociais, no contexto de reforma do Estado (NOGUEIRA, 2004).

Em se tratando do segundo processo, importa mencionar que a década de 1990 testemunhou um grande crescimento na participação de organizações da sociedade civil em organismos internacionais, sobretudo, nas Conferências Mundiais da ONU. Embora o crescimento nos números de solicitação de novos credenciamentos não signifique maior “democratização”, este crescimento aponta tendências em curso na esfera social em busca de maior acesso aos organismos internacionais. Além disso, este processo envolveu e envolve não apenas as Conferências propriamente ditas, mas uma série de eventos paralelos, além dos encontros de preparação das atividades.

Retornando ao dilema em análise, no uso disseminado do termo, a pluralidade de atores, de interesses e de mecanismos de ação parece ser justamente o único elemento de unidade:

O discurso da sociedade civil “globalizou-se”. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo “sociedade civil” é invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais. (COHEN, 2003, p. 419)

As concepções de orientação liberal cosmopolita sugerem que uma variada gama de atores integrariam este processo: ONG, grupos de pressão e redes de ativismo, movimentos sociais, movimentos religiosos, entre outras organizações não estatais. Em comum a estes atores muito diferenciados residiria o fato de não falarem em nome de Estados e governos, não operarem por meios violentos e não serem orientados pelo lucro. De acordo com Keane (2003, p. 8), seria mais adequado usar o conceito como um tipo ideal – como uma construção mental intencionalmente produzida que, embora não seja achada na sua forma “pura” no mundo social, é útil para nomear e esclarecer a variedade de elementos da complexa realidade social. Nesse sentido, a sociedade civil global se refere a

[...] um sistema dinâmico de instituições socioeconômicas interconectadas que se estende pelo planeta e que tem efeitos complexos que são sentidos nos quatro cantos. [...] É um projeto inacabado que consiste em redes elásticas mais ou menos densas, pirâmides e grupos com centro e ramificações de instituições socioeconômicas e atores que se organizam através das fronteiras, com objetivo deliberado de redesenhar o mundo de novas formas. Estes atores e instituições não-governamentais tendem a pluralizar o poder e a problematizar a violência; conseqüentemente, seus efeitos pacíficos ou “civis” são sentidos por toda parte...(KEANE, 200, p. 8).

Nota-se, particularmente na última década, o crescimento da literatura crítica a respeito do tema. Seguindo a tendência dos debates sobre processos de globalização e mecanismos de governança, a discussão sobre a emergência de uma sociedade civil em escala global ganhou complexidade e incorporou diversas vertentes teóricas. Esta variedade de entendimentos se reflete em três aspectos: Na descrição dos atores envolvidos (as ONG para alguns autores, os movimentos sociais para outros, ou ainda as redes de ativismo); na compreensão dos processos em jogo (articulações inter/transnacionais ou globais); e na natureza deste espaço além das fronteiras (visto por alguns como espaço para construção de valores universais, para outros como uma arena de disputa hegemônica ou ainda como um espaço de controle, normalização e exercício da governamentalidade em âmbito global).

A diversificação da literatura e o aumento das perspectivas críticas podem ser vistos como um reflexo das mudanças no cenário internacional que, ao longo dos anos 1990 e 2000, não corroboraram as expectativas liberais do pós-Guerra Fria e expuseram divergências, desigualdades e hierarquias nos processos de globalização. Estas problematizações começaram a lançar luz sobre as imbricadas relações sociais e contradições presentes nestes processos, levantando questões sobre seu caráter homogêneo e horizontal, implícito em algumas análises do começo da década de 1990.

No âmbito econômico, a crise asiática de 1997, que reverberou em todo o mundo, e o crescimento da pobreza, das desigualdades e das taxas de desemprego passaram a questionar cada vez com mais frequência a estabilidade política dos modelos de desregulamentação. A questão se tornou mais dramática a partir de 2008, quando nova crise financeira eclodiu, desta vez no coração do sistema, fazendo-se sentir ao redor do mundo e expondo a fragilidade dos mecanismos de governança. A paralisação das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio expôs as incoerências entre discurso e prática na questão do livre comércio, que praticamente desapareceu da agenda internacional. Na área de segurança, paz e direitos humanos, as expectativas foram abaladas com a continuidade dos processos de fragmentação e conflitos étnicos violentos (particularmente nos Bálcãs, com a guerra em Kosovo, em 1999, por atingir diretamente a estabilidade política no continente europeu) e pela nova doutrina de segurança dos Estados Unidos, a partir dos atentados de 11 de setembro.

As dificuldades e os entraves às negociações de temas ambientais permanecem e problematizam a congruência entre discurso e prática em torno do meio ambiente e da ideia de desenvolvimento sustentável. Em suma, acontecimentos em áreas diversas, como os

expostos brevemente acima, desafiaram o perfil institucionalista dos mecanismos de governança global exibido no início da década de 1990 e questionaram o predomínio das forças convergentes nos processos de globalização.

Este cenário se mostrou propício à atuação transnacional de movimentos sociais mais contestadores, contrários aos processos de globalização em um primeiro momento e mobilizados, principalmente, em torno de questões econômicas, como foram os protestos em Seattle, Praga e Gênova, contra organismos econômicos internacionais. Com o desenrolar destas lutas e a construção dos Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001, os movimentos antiglobalização passaram a exibir contornos do que passou a se denominar movimento *altermundialista* ou globalização “de baixo” (COX, 1999; GILL, 2000).

Vale ressaltar que a emergência deste ciclo de protestos já vinha sendo fermentada ao longo da década de 1990, por meio de várias ações localizadas e/ou setoriais, como as campanhas então em curso contra a ALCA, na América Latina; contra o Acordo Multilateral sobre Investimentos da OMC; pela anulação da dívida externa dos países subdesenvolvidos (Campanha Jubileu); e “por uma Europa social”, contra o desemprego e a exclusão (DELLA PORTA, 2007, p. 3). Parece plausível que a conjuntura específica do final da década de 1990 tenha sido um dos fatores que permitiu a expansão destas mobilizações e sua articulação em torno de uma crítica comum à globalização.

Nota-se que, no começo dos debates acadêmicos sobre a “sociedade civil global”, subjazia a perspectiva de um processo relativamente coeso, de democratização *bottom-up* da política mundial. Ao longo da última década, a ideia adquire um sentido dual, que permite a coexistência e a disputa entre forças sociais contestadoras/contra-hegemônicas e forças dominantes, interessadas na manutenção da ordem hegemônica. Mesmo dentro do mesmo conjunto de forças sociais favoráveis a transformações democráticas, identificam-se posições e interesses distintos, que podem ou não convergir.

Uma das principais deficiências de grande parte das análises liberais sobre a emergência da “sociedade civil global” é considerar apenas marginalmente a dimensão e a base sociológica destes processos, dando origem a visões normativas e homogeneizantes sobre o tema. Em certa medida, esta deficiência também acarretou alguma negligência com relação às desigualdades de acesso entre as diversas organizações, às diferenças culturais, ao caráter não intrinsecamente democrático dos atores não estatais e à transposição quase natural de fronteiras rumo a uma dimensão global. Estas problematizações, com maior ou menor ênfase, são colocadas por diversas vertentes teóricas, que serão apresentadas ao longo deste

artigo. Para melhor apresentar estas discussões, optar-se-á por agrupá-las em torno de duas discussões: O poder e a legitimidade dos atores envolvidos e a natureza destas novas arenas de participação.

1. Questionamentos sobre a ideia de sociedade civil global

O primeiro problema se refere ao poder e à legitimidade das organizações que seriam parte da “sociedade civil global”. Hurrell (2005) chama a atenção para a negligência de importantes relações de poder contidas nesta arena: O poder dos Estados, que eventualmente podem moldar os interesses de ONG e fornecer as condições institucionais necessárias para sua atuação; o poder dentro da sociedade civil global, ou seja entre suas organizações; o poder destas organizações em sociedades institucionalmente frágeis, nas quais podem alterar a distribuição interna de poder e distorcer o ambiente democrático; e o poder destes atores na estrutura internacional, às vezes atuando para reforçar os interesses dos países centrais.

Colas (2002) aprofunda o tema da legitimidade e considera que existiriam particularmente dois problemas com relação ao foco dado por grande parte da literatura ao papel das organizações não governamentais internacionais e dos grupos de pressão internacional. Por um lado, estes grupos de pressão não contestariam a legitimidade como um todo dos regimes, pois sua atuação seria mais voltada a alterar políticas particulares. Por outro lado, faltariam *accountability* e legitimidade a estes próprios grupos, que nem sempre são transparentes sobre suas bases sociais e suas fontes de financiamento.

Embora a participação destes novos atores tenha potencial de pluralizar a política mundial, as hierarquias e desigualdades de acesso colocam em evidencia o tema da representatividade e da legitimidade. Ainda que a questão seja justamente pensar a necessidade de novas formas de representatividade e legitimidade frente aos desafios impostos ao Estado-nação, as contribuições advindas da “sociedade civil global” se mostram insatisfatórias até o momento. Nas palavras de Villa e Tostes, o ponto crítico não é que esses grupos transnacionais societários estabeleçam novos critérios de legitimidade, mas, precisamente, o ponto crítico é a ausência destes critérios. (2006, p. 100).

Em segundo lugar, tem-se o debate sobre a natureza destes novos espaços de participação política além das fronteiras e seu potencial para emancipar e “democratizar”, por um lado, ou para normalizar e manter a opressão, por outro.

As contribuições recentes da vertente liberal sugerem que o emprego do conceito de sociedade civil na esfera global só poderia ser compreendido quando devidamente

contextualizado, ou seja, quando considerada a mudança no significado do termo, que teria saído do guarda-chuva do Estado ampliado gramsciano para ser reposicionado em *contraposição* ao Estado. Importa aqui mencionar que, a partir do final dos anos setenta, os estudos sobre a sociedade civil passam a enfatizar a contraposição em relação ao Estado, influenciados tanto por experiências concretas das lutas por redemocratização no Leste europeu e na América Latina, quanto pela análise normativa habermasiana. Esta ideia de contraponto é reforçada pelas mudanças nas formas de organização política e econômica a partir do final dos anos 1970, com a diminuição do papel regulador do Estado e crescente autonomia da sociedade civil.

Desse modo, a emergência de uma sociedade civil em âmbito global poderia potencialmente democratizar o sistema internacional, na medida em que é considerada uma esfera autônoma dos mercados, dos Estados e das organizações internacionais.

Dentro da perspectiva de “democratização” do sistema internacional, estes enfoques consideram que o projeto de ativismo global seria a força “de baixo” (*bottom-up*, no sentido de pressões vindas da sociedade) que, ao lado do projeto da democracia cosmopolita (de caráter mais institucional, ou *top-down*, visando à reforma das instituições internacionais em coordenação com os Estados, em um sistema de governança em múltiplas camadas) levariam a ordem internacional rumo a um arcabouço jurídico cosmopolita (HELD e MCGREW, 2002; KALDOR, 2003).

O ativismo da sociedade civil global ofereceria possibilidades significativas de reduzir a maioria dos déficits democráticos que cresceram nas últimas décadas na governança das relações globais. Para Scholte (2002, p. 293-5), esta “democratização” se daria por meio da amplificação das vozes dos diversos grupos afetados; do papel educativo de atividades públicas; da pluralidade de posições; do aumento da transparência, por meio de pressão; do aumento da prestação de contas, por meio de acompanhamento; e, como resultado dos cinco elementos acima, do aumento da legitimidade.

Os autores reconhecem implicitamente que não há garantias de que a pluralidade de visões e atores se reflita em igualdade de acesso aos espaços políticos. Todavia, apesar do reconhecimento de contradições e da possibilidade de relações de dominação, a característica deste grupo de abordagens é defender que os benefícios seriam maiores e que a emergência da chamada “sociedade civil global” de fato ofereceria uma oportunidade real de participação para os indivíduos (KALDOR, 2003, p. 591). Nas palavras de Scholte, “ainda assim, as possibilidades de ganhos são tais[...] que deveríamos dar as boas-vindas à ascensão do

ativismo cívico na governança global e trabalhar para maximizar suas contribuições a uma comunidade política democrática global” (2002, p. 295).

A literatura pós-estruturalista contesta veementemente as possibilidades de emancipação propostas pelos liberais. No cenário composto pelos processos de globalização e pelo aumento dos mecanismos de governança, a crença na independência da “sociedade civil global” seria um elemento chave para o exercício da governamentalidade¹ também em âmbito global. Jaeger, por exemplo, argumenta que a emergência de uma esfera pública global parece estar dentro do sistema político, como um subsistema, e não como uma manifestação externa de “democratização” das relações internacionais (JAEGER, 2007, p. 262). O autor afirma que a governamentalidade ao mesmo tempo transcende e usa a diferença entre Estado e sociedade civil e, de modo análogo, entre o sistema de Estados e a sociedade civil global. Mais do que formar uma esfera não governamental à parte dos Estados e das instituições internacionais, a sociedade civil participaria e seria um tipo de extensão das práticas governamentais de ambos. A sociedade civil contribuiria com vigilância, regulação, técnica e mobilização.

Baseado nos discursos da ONU da década de 1990 sobre governança, o autor afirma que a sociedade civil global acompanha uma diferenciação funcional emergente no sistema político da sociedade mundial, em um subsistema de Estados, um subsistema de instituições internacionais e uma esfera pública. Esta esfera pública internacional estaria envolvida nas operações governamentais da política mundial, enquanto simultaneamente se diferenciaria de seus aparatos institucionais oficiais. Como em qualquer divisão do trabalho, a autonomia funcional da esfera pública internacional significaria interdependência estrutural com seu ambiente político (sistema de Estados e organizações internacionais). Mais do que se opor externamente ao sistema político da sociedade mundial, a esfera pública internacional participaria de sua reprodução (JAEGER, 2007).

Segundo James Brassett, alguns casos empíricos demonstram como reivindicações geralmente vistas como contestatórias pressupõe na verdade a reprodução do sistema. O caso, por exemplo, da campanha pela taxa das transações financeiras (taxa Tobin) demonstra

¹ O termo governamentalidade aparece na obra de Foucault para designar um processo de mudança histórica na forma de governar, com início no século XVIII, no qual a teoria jurídica da soberania se articula com a “arte de governar” e a preocupação com o controle dos súditos em determinado território dá lugar à preocupação de governar a população entendida em seu conjunto. (FOUCAULT, 2003, 2009). Embora o conceito de governamentalidade tenha sido empregado por Foucault sempre no contexto doméstico, parte das análises pós-estruturalistas em RI reivindicam a plausibilidade de empregá-lo em âmbito global, relacionado aos instrumentos de governança. Nesta perspectiva, o papel de atores não estatais na formatação e no desempenho das funções da governança global não seria um exemplo de transferência de poder do Estado para estes atores não estatais. Seria antes expressão da mudança na *rationale* da arte de governar, na qual a sociedade civil é redefinida de um objeto passivo de governo a uma entidade que é tanto um objeto quanto um sujeito de governo (SENDING e NEUMANN, 2006, p. 651).

como a ideia de fundo da campanha, amplamente defendida por ativistas do movimento por justiça global, no fundo reafirmaria os próprios fundamentos que motivam inicialmente o ativismo. Isto porque uma taxa deste tipo somente seria eficaz no contexto de liberalização ampla dos mercados financeiros, justamente uma das políticas do neoliberalismo (BRASSETT, 2009).

Jens Bartelson (2006) também defende que o conceito de “sociedade civil global” deve ser entendido mais em termos de sua função retórica do que de seu significado conceitual na teoria política e de relações internacionais. As funções destas explicações seriam constituir o global como um espaço político e torná-lo um campo governável, justificando o exercício da autoridade dentro dele, seria uma resposta ao problema da governança sem governo. Nas palavras do autor:

[...] [A] arte de governar pela primeira vez hipoteticamente pode ser exercida em escala planetária e questões de governança podem ser formuladas (e respondidas) como se o mundo fosse uma comunidade política sem governo comum. [...] o conceito de sociedade civil global pode ser usado para justificar o exercício de autoridade governamental dentro de uma comunidade política mundial emergente na medida em que prove um substituto a um verdadeiro demos transnacional (2006, p. 373-4)

Seguindo este raciocínio, o potencial emancipatório oferecido seria ilusório: De acordo com a lógica da governamentalidade, a crença na realidade social da “sociedade civil global” e na sua relativa autonomia com relação a governos e mercados seria justamente uma condição necessária para o bom funcionamento deles. A construção da sociedade civil como uma esfera autônoma seria uma das maiores conquistas da “arte de governo liberal” (Bartelson, 2006:381). Se a sociedade civil global é mais bem entendida em correlação a uma governança global emergente e se as teorias que a explicam servem para justificar o exercício de autoridade no campo global, então seu papel de emancipação deve ser discutido.

2. Resistência e dominação segundo a perspectiva neogramsciana

Neste cenário, acredita-se que a ideia de “sociedade civil global” pode ser mais bem entendida a partir da distinção de duas grandes dimensões de atuação política não-estatal, ou duas esferas distintas de pressão – “de baixo” e “de cima” -, que podem se complementar ou se contrapor. Vale ressaltar que não se trata da dicotomia *top-down/bottom up* estabelecida pelos defensores do projeto da democracia cosmopolita, segundo o qual o ativismo global (formado por uma miríade de organizações) seria a força “de baixo” que, ao lado do projeto de reforma das instituições da governança global (de caráter mais institucional, ou *top-down*)

levariam a ordem internacional rumo a um arcabouço jurídico cosmopolita. Levanta-se aqui, seguindo uma perspectiva neogramsciana, que, entre as próprias organizações sociopolíticas que atuam além das fronteiras, seria possível identificar duas dimensões ou duas esferas distintas de pressão: Forças sociais contestadoras/contra-hegemônicas e forças dominantes, interessadas na manutenção da ordem hegemônica. Mesmo dentro do mesmo conjunto de forças sociais favoráveis a transformações democráticas, identificam-se posições e interesses distintos, que podem ou não convergir.

As próprias divergências entre as abordagens teóricas expostas na seção anterior fornecem pistas que justificam esta diferenciação. Ao destacarem o papel da “sociedade civil global” na manutenção do *status quo* internacional, os críticos pós-estruturalistas certamente consideram apenas determinadas organizações e grupos de pressão, e não levam em conta as articulações contra-hegemônicas de movimentos sociais e grupos subalternos que criam espaços importantes de resistência e luta além das fronteiras nacionais. A questão é que, para outras perspectivas, a “sociedade civil global” é formada tanto por um grupo de atores, como pelo outro. Contudo, estas diferenças de interesses e estratégias, estas disputas de influência, nem sempre são colocadas de maneira explícita. O papel de dominação exercido por determinados grupos não deve ser desconsiderado, tampouco deve ser ignorada a capacidade de resistência, ainda que embrionária, gerada pelas lutas contra-hegemônicas de caráter transnacional de movimentos sociais diversos.

Neste sentido, a diversificação do debate nos últimos anos e o mapeamento de distintas perspectivas teóricas permitem identificar duas grandes dimensões de análise quando se trata do termo “sociedade civil global”: Por um lado, uma vertente mais institucionalizada de participação de atores não estatais nas arenas de governança no plano internacional (como em organismos internacionais e cúpulas governamentais) e, por outro lado, a articulação de atores não estatais em movimentos contra-hegemônicos e subalternos, de âmbito continental ou mesmo mundial. Um caso ilustrativo nas Américas foi a articulação de várias organizações nacionais em um verdadeiro movimento social de caráter transnacional contra a ALCA, com impacto real no fracasso das negociações entre os Estados (BERRÓN, 2007)

Percebe-se que estes dois grupos se encaixariam na observação feita por Robert Cox (1999) sobre o desenvolvimento do conceito de sociedade civil em âmbito doméstico. Ao empreender uma retomada histórica do termo (do pensamento iluminista a Gramsci), Cox afirma que a revisão conceitual revela dois significados justapostos: Um processo “de cima para baixo”, no qual as forças dominantes constroem uma hegemonia intelectual e cultural; e

um processo “de baixo para cima”, no sentido de construção contra-hegemônica (COX, 1999). Embora a analogia propriamente entre a sociedade civil doméstica e global seja altamente questionada, esta dupla dimensão parece manter-se na revisão de distintas contribuições teóricas à ideia de “sociedade civil global”.

Deste modo, este espaço político além das fronteiras - chamado por alguns de “sociedade civil global” – deve ser entendido como arenas povoadas por interesses e estratégias diversas. Vale ressaltar que, mesmo dentro de cada arena, coexistiriam forças hegemônicas e contra-hegemônicas com interesses e táticas diferenciadas. Cabe acrescentar que esta divisão não seria estreita, ao contrário: As duas dimensões seriam altamente permeáveis e, frequentemente, boa parte das organizações atuariam em ambos os sentidos.

A Campanha Global pela Reforma Agrária empreendida pela Vía Campesina e organizações aliadas fornece um exemplo nesse sentido: por um lado, participa de discussões em organizações internacionais como a FAO, colaborando na elaboração de documentos, projetos e seminários, mas por outro lado, mantém uma estratégia de confronto direto com organizações como o FMI e o Banco Mundial (BORRAS et. Al, 2008: 100, 101).

Mesmo dentro do mesmo conjunto de forças sociais favoráveis a transformações democráticas, identificam-se posições e interesses distintos, que podem ou não convergir. Com efeito, Chase-Dunn e Gills (2005) identificam uma aparente tensão entre, por um lado, os movimentos sociais que lutam contra a globalização (ou por *outra* globalização) e, por outro, os grupos que apóiam reformas nas atuais instituições para uma governança mais democrática. Apesar da aparente contradição, as estratégias podem ser complementares.

Considerações finais

Este artigo partiu da percepção inicial de que ao longo dos anos 1990, particularmente a partir da virada do milênio, o debate acadêmico sobre a formulação de uma “sociedade civil global” passou a exibir contornos mais críticos. Ao longo destas páginas, demonstrou-se uma diversificação das abordagens teóricas e o aumento dos questionamentos em torno de suas definições.

A contextualização destas discussões feita no início mostrou que a própria dinâmica do sistema mundial, ou seja, a interação e a correlação de forças sociais geraram consequências políticas e processos históricos diferenciados, que não corresponderam às expectativas liberais, construídas em torno do crescimento da interdependência e da cooperação. Desse modo, a crescente insuficiência das análises do *mainstream* para explicar a disjunção entre

teoria e prática, ou entre discursos e ações, abriram caminho para a diversificação da literatura e deram maior espaço à produção acadêmica de vertentes mais críticas.

A formulação liberal de sociedade civil - tanto quando considerada em âmbito doméstico, quando tomada em sua dimensão além-fronteiras – passou a conotar uma ideia de contrapeso, seja ao poder do Estado, seja aos mecanismos de governança do sistema de Estados. Particularmente no âmbito internacional esta é sua maior contribuição, isto é, a ideia de uma “sociedade civil global” contribui mais pela tentativa de explicar forças que lutam por reforma/contestação do sistema internacional, do que pela realocação propriamente dita de um conceito historicamente ligado ao âmbito doméstico.

O âmbito das articulações políticas transnacionais, contudo, mostrou-se povoado por uma gama de atores, com interesses e estratégias diversas; por processos sociológicos distintos; e, como consequência, por visões bastante diferenciadas sobre a natureza destes espaços. O agrupamento desta pluralidade de atores e processos em torno da “sociedade civil global” como conceito somente é viável dentro de uma análise normativa, mas não se sustenta como categoria para a análise empírica. Neste sentido, partilha-se da noção de que os espaços criados pela articulação de atores não estatais além das fronteiras, por vezes chamado de “sociedade civil global”, devem ser entendidos como arenas transnacionais de disputas entre forças sociais, na qual coexiste o potencial de dominação e de resistência.

Referências

- BARTELSON, Jens. (2006) Making sense of Global Civil Society. **European Journal of International Relations**, 12 (3): 371-395.
- BERRON, Gonzalo (2007). **Identidades e estratégias sociais na arena transnacional. O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas**. Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.
- BORRAS Jr, Saturnino (2008). “La Via Campesina and its Global Campaign for Agrarian Reform”. In: Borrás, Edelman e Kay. **Transnational agrarian movements: origins and politics, campaigns and impacts**. Wiley-Blackell.
- BRASSETT, James. (2009) A pragmatic approach to the Tobin Tax Campaign: the politics of sentimental education. **European Journal of International Relations**, 15 (3): 447-476.
- CHASE-DUNN, Christopher e GILLS, Bary. (2005) Waves of globalization and resistance in the capitalist world-system: social movements and critical global studies. In: Appelbaum, Richard e Robinson, William. **Critical Globalization Studies**. Oxon/NY: Routledge.
- COHEN, Jean L. (2003) Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. **Dados – revista de Ciências Sociais**, 46 (3): 419-459.
- COLAS, Alejandro (2002). **International Civil Society: Social Movements in World Politics**. Oxford: Polity.
- COSTA, Sergio. (2002) **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (2003) Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18 (53).

COX, Robert. (1999) Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies* 25, pp. 3-28.

DELLA PORTA, Donatella. (2007) **The Global Justice Movement: Cross-National and Transnational perspectives**. Paradigm Publishers.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. (2006) **Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas (PUC-SP, UNESP e UNICAMP), São Paulo.

FOUCAULT, Michel. (2003) **Society must be defended** – lectures at the Collège de France 1975-1976. New York: Picador.

_____. (1979) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GERMAIN, Randall e KENNY, Michael. (2005) **The idea of global civil society – politics and ethics in a globalizing era**. Oxford/New York: Routledge.

GILL, Stephen. (2000) Toward a Postmodern Prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalisation. **Millennium: Journal of International Relations**, 29 (1).

HEATHERSHAW, John. (2008) Unpacking the Liberal Peace: The Dividing and Merging of Peacebuilding Discourses. **Millennium - Journal of International Studies**, 36 (3): 597-621.

HURRELL, Andrew. (2005) Power, institutions and the production of inequalities. In: Barnett, M. and Duvall, R. (orgs.) **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press.

JAEGER, Hans-Martin. (2007) ‘Global Civil Society’ and the Political Depoliticization of Global Governance. **International Political Sociology**, 1 (3): 257–77.

KALDOR, Mary. (2000) “Civilising’ Globalisation? The Implications of the ‘Battle in Seattle’”. **Millennium: Journal of International Relations**, 29 (1).

_____. (2003) The idea of global civil society. **International Affairs** 79 (3): 583-93.

KEANE, John. (2003) **Global Civil Society?** Cambridge: Polity.

KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. (1998) **Activists beyond borders**. New York: Cornell University Press.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. (1971) **Transnational relations and world politics**. Harvard University Press.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. (2004) **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: editora Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2005) Os processos da globalização. In: Santos, B.S. (org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez.

SCHOLTE, Jan Aart. (2000) “Cautionary Reflections on Seattle”. **Millennium: Journal of International Studies**, 29 (1): 115-21.

_____. (2002) Civil Society and Democracy in Global Governance. **Global Governance** 8: 281-304.

VILLA, Rafael D. e TOSTES, Ana Paula B. (2006) Democracia cosmopolita versus política internacional. **Lua Nova**, 66: 69-107.

WALKER, R.B.J. (1993) **Inside/outside: international relations as political theory**. NY: Cambridge university press.

_____ (2006) The double outside of the modern international. **Ephemera – theory & politics in organization** 6 (1): 56-69.